

Marília Veríssimo Veronese

Na Direção de uma Psicologia Social Crítica do Trabalho



Fotografia: Sebastião Salgado - Trabalhadores

**Julho de 2003
Oficina nº 191**

Marília Veríssimo Veronese

Doutorado Sandwich em Psicologia, Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Na Direção de uma Psicologia Social Crítica do Trabalho

Entregues a si mesmos, os negócios humanos só podem seguir a lei da mortalidade, que é a única lei segura de uma vida limitada entre o nascimento e a morte. O que interfere com essa lei é a faculdade de agir, uma vez que interrompe o curso inexorável e automático da vida quotidiana (...). Fluindo na direção da morte, a vida do homem arrastaria consigo, inevitavelmente, todas as coisas humanas para a ruína e a destruição, se não fosse a faculdade humana de interrompê-las e iniciar algo novo, faculdade inerente à ação humana como perene advertência de que os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para transformar. (Hanna Arendt, 1983: 258)

1. Psicologia e epistemologia: o saber e o sujeito

Escrever sobre psicologia, ética e epistemologia é um desafio dos mais estimulantes, conquanto se faz urgente o re-pensar da ciência psicológica. Enquanto campo disciplinar, ciência e profissão, ela é algo bastante novo, possuindo existência formal somente a partir do final do século XIX, inaugurado por Wilhem Wundt no seu laboratório de Leipzig, em 1879. Como lembra Hanna Arendt na citação inicial deste texto, os empreendimentos humanos — e não resta dúvida que a ciência é um deles — estão aí para serem transformados.

Nascida no laboratório, a princípio com métodos introspectivos, em seguida esforçando-se por desenvolver métodos experimentais, a psicologia fez questão de afastar-se da filosofia e da ancestralidade dos estudos do “espírito” humano. Pela sua própria trajetória, passou a ser o estudo do comportamento observável, mensurável e portanto previsível, aproximando-se das chamadas ciências naturais.

Na medida em que as diferentes disciplinas/ciências normalizaram subjetividades, o poder-saber da psicologia teve, e tem, seu papel nas tramas sociais que constituem sujeitos, seja através da clínica, da escola ou do trabalho. Nunca deixou de produzir antinomias ao paradigma hegemônico, no entanto. Neste texto estarei refletindo sobre como a psicologia se inseriu no campo do trabalho, pois articulada com outras ciências sociais e econômicas, ela apressou-se a intervir no “mundo do trabalho”. Analiso também o legado da psicologia social crítica, que se gesta no bojo das inconformidades com as teorias e práticas que a psicologia individualizante e elitista produziu e que, com seu amplo legado, faz oposição constante a tais produções.

Tento articular essas reflexões numa dimensão propositiva, bebendo de outras fontes e autores para, de volta à psicologia, fazê-la como uma teoria crítica, aquela que não concebe a realidade esgotando-se no que já existe (Santos, 1995), e que não percebe o ser humano como algo já pronto e acabado, mas sim com potencialidades inscritas num devir pleno de possibilidades.

Faz-se necessário, então, definir a concepção de ser humano com a qual se está trabalhando, uma vez que diferentes psicologias (ou paradigmas psicológicos) possuem diferentes concepções. Aqui entende-se o ser humano como um sujeito que pode agir intencionalmente, refletir, mas que também não tem acesso completo às poderosas forças que vão atingi-lo no decorrer da sua existência; portanto, um sujeito que possui uma consciência, mas que é também precarizado, desejante, faltoso, desamparado no sentido psicanalítico (Freud, 1996). Portador de uma história singular tecida nas relações que estabeleceu, todo o seu acesso ao mundo é mediado, por isso ele, ou ela, é relacional por excelência. O espelho da alteridade lhe constitui a identidade que o/a caracteriza e a diferença que o/a singulariza. Ao negar o outro, no individualismo, esvazia-se de sentido. E o ser humano só se afirma num esforço de sentido, sem o qual não existe plenamente. Pensa-se e fala-se com o instrumental da linguagem, elemento que o costura ao mundo e a seus pares.

Na linguagem, o sujeito humano se apreende, pois necessita de elementos lingüísticos para se representar, para se constituir enquanto identidade, ocupando lugares e construindo saberes que lhe dão certa fixidez em um mundo viável, real para ele ou ela, e vivido no cotidiano. Por isso, pode narrar a sua experiência, imprimindo-lhe sentidos.

Estarei, intencionalmente, prestando especial atenção à dimensão laboral da experiência humana. Os modos em que o trabalho é gerido sempre nos disseram muito sobre nossa sociedade e sobre esse sujeito que é interesse central na psicologia que objetivamos construir. Consideremos então alguns aspectos do trabalho para em seguida relacionarmos esses dados

com a ciência psicológica até agora aplicada ao trabalho de forma razoavelmente hegemônica, lembrando que o termo *hegemônico* não se confunde com *total*, mantendo sempre a porta aberta para a contradição.

Reafirma-se que o trabalho pode ser considerado como fonte de subjetivação (Grisci, 2000), portanto questão central na psicologia. Em sua tese de doutoramento essa autora, apoiando-se nas idéias de Felix Guattari e Sueli Rolnik, adverte que a subjetividade é uma instância resultante do entrecruzamento de produções coletivas, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas, de mídia etc, que se manifestam no marco singular da individualidade e constituem formas de ser sujeito no mundo. Essas formas adquirem matizes diversos, e o olhar histórico nos auxilia a reconstituir, mesmo que precariamente, tais transformações.

Torna-se interessante abordar o momento em que a psicologia se insere no debate sobre a esfera laboral — final do século XIX, início do XX — conclamada a participar dos esforços combinados pela produtividade do capital e da forma de subjetividade por ele gerada, no ápice da era industrial, tendo sido a própria psicologia hegemônica por ele “formatada”.

O campo do conhecimento mais específico que o ensaio explora centralmente, portanto, é a psicologia do trabalho. Pode-se considerá-la como uma área crucial da psicologia social, uma vez que incorpora as concepções teórico-metodológicas do amplo legado da psicologia social crítica, em sua abordagem e análise das relações laborais (Jaques, 1999). Que diferentes psicologias existem atuando na dimensão laboral não é novidade alguma. Entretanto, a *psicologia industrial* e a *psicologia organizacional* eventualmente têm sustentado práticas que podem ser consideradas ideológicas, no sentido que confere Thompson (1998) a esse termo, ou seja, no sentido do estabelecimento e reprodução de relações desiguais, injustas ou de dominação. O interesse pela ideologia, aliás, é típico da psicologia social crítica, pois, nas relações de opressão, o sujeito livre e pleno de sentido se nega.

Trabalha-se aqui com uma classificação. Essa classificação — e considera-se a inegável limitação ou precariedade de todo esforço classificatório — remete ao trabalho de Jader Sampaio (1998) sobre as três fases/faces da psicologia ligada ao trabalho. Ao classificar, reduzimos a complexidade, não há dúvida. Mas, por outro lado, organizamos e nos apropriamos do contexto de uma forma mais didática, ganhando clareza em alguns pontos.

A primeira fase, que apresenta uma face própria, como *psicologia industrial*, é basicamente psicométrica, adaptativa, congregando esforços da ciência psicológica para a obtenção de produtividade e lucratividade das empresas. A segunda fase, como *psicologia*

organizacional, incorpora elementos das teorias sistêmica e sócio-técnica, da dinâmica de grupos, do desenvolvimento humano no trabalho, resultando no DO (desenvolvimento organizacional), desenvolvimento de equipes, estudos sobre liderança, etc. A terceira fase/face, como *psicologia do trabalho*, gesta-se a partir dos acontecimentos do final dos anos 60, incorporando os elementos da psicanálise, da teoria crítica, dos estudos sobre identidades, subjetividade, saúde do trabalhador, epidemiologia, ergonomia, de entre outros campos. A partir dessa terceira face, com a qual me identifico muito, pode-se pensar em desenvolver as possibilidades de crítica ao instituído oferecidas pelos saberes que se produzem. Arrisco, então, tentar contribuir para a construção de uma psicologia social do trabalho comprometida com uma nova visão de mundo, de comunidade e de trabalho, produzindo (e sendo produzida por) novos paradigmas em ciência. Sobre esses novos paradigmas, algumas características já foram apontadas sobre sua sistematização, como podemos ver em Grisci (1998: 40-41):

- Caráter histórico do fenômeno psicossocial;
- Busca do conhecimento e não da verdade;
- Realidade como construção coletiva dialética;
- Crítica à dicotomia externo/interno;
- Imbricação sujeito/objeto da ciência;
- Perspectiva das maiorias, das minorias e da resistência;
- Psicologia interessada na transformação social.

Isto tem implicações numa concepção de sujeito concreto (o homem, e a mulher, que trabalha), tantas vezes esquecido e preterido no estudo da dinâmica organizacional, nas abordagens voltadas para a eficácia e resultados organizacionais, que a psicologia — especialmente nas duas primeiras faces/fases — pressurosamente persegue, muitas vezes sem que seus agentes se dêem conta das implicações éticas que essa escolha possui. Debates sobre os rumos da psicologia têm provado que não há uma unidade de paradigmas e práticas em psicologia, existindo mesmo conflito e discordância sobre o que seria desejável em termos paradigmáticos, éticos e de aplicação. Com referência à questão das possíveis rupturas paradigmáticas — que longe de serem consenso entre a classe dos psicólogos, dão margem a acalorados debates — é preciso que se busquem referências que possam enriquecer, dinamizar e potencializar o debate. Nesse sentido, cabe trabalhar com a contribuição significativa de Boaventura de Sousa Santos (1995; 1996), quando o autor coloca que se faz necessária uma nova psicologia, pois é preciso que os sujeitos *se reconheçam* em novas práticas, de liberdade e

solidariedade. Estas, ao serem apropriadas e validadas por sujeitos autônomos, livres e solidários, produziriam uma nova subjetividade. A partir dessas inclinações a considerar a realidade como um campo de possibilidades a serem exploradas, a psicologia pode tornar-se uma ciência crítica que desenvolve teorias críticas: aquelas que não concebem a realidade unicamente como o que está dado, além de buscar a superação das contradições da ciência moderna. Vejamos:

Para a teoria crítica pós-moderna (...) todo o conhecimento crítico tem de começar pela crítica do conhecimento. Na atual fase de transição paradigmática a teoria crítica pós-moderna constrói-se a partir de uma tradição epistemológica marginalizada e desacreditada da modernidade: o conhecimento-emancipação. Nesta forma de conhecimento, a ignorância é colonialismo (...) que é a concepção do outro como objeto e não como sujeito.(...) Esse conhecimento-reconhecimento é o que designa por solidariedade. (Santos, 1995: 30)

Em relação ao ser humano, os sentimentos, emoções, crenças, símbolos, senso de auto-estima — enquanto forças mobilizadoras da transformação social — não podem ser ignorados, cabendo à psicologia lidar com essas questões na transição paradigmática.

É importante nesta altura refletir um pouco sobre a teoria crítica pós-moderna, que se define como uma teoria crítica renovada, contemporânea, não única (não-universal), dinâmica, que lida com três implicações básicas (Santos, 1995): primeiro, passar do monoculturalismo ao multiculturalismo, dando voz a experiências marginalizadas e desperdiçadas, através de uma sociologia das ausências; segundo, desistir da peritagem heróica pelo conhecimento edificante, o que implica em mudança de identidade por parte do/a cientista, além da assunção de uma ética relacional para o conhecimento; terceiro, migrar da ação conformista à ação rebelde, onde concepções deterministas, conformistas ou “indolentes” sejam substituídas por concepções que imaginam novas possibilidades e novas formas de transformação social, sem preguiça de fazê-lo. Essa “indolência”, atribuída pelo autor à ciência moderna cartesiana, é uma forma de racionalidade típica que inclui uma sistemática negação da diferença e da riqueza da alteridade, desperdiçando um rico cabedal que deveria estar a serviço da humanidade.

Estas reflexões imbricam-se, portanto, com a discussão sobre paradigmas e práticas em psicologia social do trabalho, pois a questão central é “que psicologia queremos construir?” em cima de quais bases paradigmáticas? Por isto essa reflexão é epistemológica por opção: contra a preguiça de conhecer para transformar e libertar.

Mas será que ainda se objetiva a emancipação, ou esta palavra está infalivelmente associada à teoria crítica moderna, que concebia uma forma generalizável de libertação? Esta é uma pergunta importante, antes de prosseguir. Por enquanto, minha resposta a ela é afirmativa.

O problema moderno da opressão, exploração e alienação está vivamente presente, embora assuma diferentes configurações na contemporaneidade. Portanto, ainda se faz necessário pensar em libertação. Ou melhor, em libertações, em emancipações, pois o plural pode mudar aquilo de que a teoria moderna não deu conta: o reconhecimento da não-homogeneidade das necessidades e das opressões dos sexos, das etnias, das comunidades, dos diversos tipos de trabalho (fabril, cooperativo, doméstico, infantil), etc. Portanto, uma única teoria emancipatória não responde mais aos problemas vários, procedendo a uma homogeneização equivocada dos problemas sociais.

Para quê uma psicologia crítica, com que teleologia? A idéia da adaptação, associada à psicologia, ser substituída pela idéia da rebeldia ainda pareceria absurda para os mais conservadores. Para Santos (1995), não: “As especificações das formas de socialização, de educação e de trabalho que promovem subjetividades rebeldes ou, ao contrário, subjetividades conformistas é tarefa primordial da inquirição crítica pós-moderna.” Como dizia Paulo Freire, estimular posturas rebeldes e potencialmente transformadoras do mundo é tarefa do educador. Aí há um ponto de intersecção entre três campos: a sociologia crítica, a psicologia e a educação.

Num trabalho anterior, Boaventura de Sousa Santos (1995, 4ª edição) introduz a idéia de uma ciência pós-moderna. Essa obra fundamenta a proposição aqui apresentada, merecendo sempre uma revisita. Ao analisar a crise da forma hegemônica de inteligibilidade do real, o autor identifica a necessidade da dupla ruptura epistemológica por parte da ciência. A primeira ruptura deveria responder à questão: “Como se faz ciência”? (Santos, 1995: 54) — Rompendo com o saber do senso comum, que se produz na espontaneidade das trocas de saberes sociais, mas que contém um gérmen de adaptação, ancoragem do desconhecido, resistência à mudança, preconceito. O senso comum tenta a todo custo reconciliar a consciência consigo mesma. Este é ora avaliado positivamente, ora negativamente, como vulgaridade, ignorância ou “véu da ideologia”.

A teoria das representações sociais de Serge Moscovici é outro campo interessante de análise do senso comum. Os saberes cotidianos migram, se rearranjam, movem pessoas e grupos no seu percurso de construção dos espaços em que transitam. Voltando a Santos, a primeira ruptura não se dá como rejeição absoluta desses saberes, mas como uma tentativa de superação. Essa ruptura representa progresso no sentido de racionalização do mundo, mas se relativiza dentro de uma racionalidade envolvente (Santos, 1995: 39). Aí vem o momento da segunda ruptura.

Na segunda ruptura epistemológica — que deveria responder à questão: “Para que queremos a ciência?” — é preciso reconciliar-se com o senso comum, reconstituindo seus saberes, movendo-os, hibridizando saberes rumo a um novo senso comum emancipatório. Conforme o próprio autor, não é desejável ter do senso comum (o mesmo valendo para a psicologia e a psicanálise, em meu ver) uma concepção fixista. Assim, a dupla ruptura atenua o desnivelamento entre o discurso da ciência e o discurso do senso comum, evita que a prática seja uma dimensão da técnica, rearranja a relação adaptação/criatividade. A idéia é de uma hermenêutica crítica e sociológica da epistemologia, privilegiando a reflexão, propiciando uma leitura qualificada das múltiplas realidades. A reflexão nos levará até a questão da ética, articulada com a *praxis* que cada campo do saber científico conseguir produzir.

Neste próximo bloco, tento fazer então uma arqueologia das escolhas éticas da psicologia tradicionalmente praticada, um breve mergulho na sua história, para com ela tentar começar a aprender a não ser indolente. Através da análise das práticas, construir as novas teorias. Ou desaprender, des-pensar, formas de indolência. Como dizia brilhantemente o psicólogo social Kurt Lewin, não há nada mais prático do que uma boa teoria.

2. Psicologia: a história e a ciência

Não há uma linguagem independente, puramente semiótica ou conceitual, que permita que uma ciência se descreva e se prescreva. Nada pode ser compreendido fora da ação social (Harvey, 1989). As relações de poder e a implicação do cientista estão presentes nas práticas desenvolvidas por determinada ciência. No caso da psicologia, ela nem sempre primou pelo esforço no sentido de entender as implicações do trabalho em termos de constituição da subjetividade e dos interesses dos trabalhadores. Vamos, então, ao início de todo o processo que já analisámos superficialmente a partir da classificação das três faces/fases da psicologia aplicada ao trabalho.

A psicologia, na aurora do século XX, é chamada a ajudar a *forjar* o homem industrial, interessante para os propósitos do capital naquele momento histórico. Mas este chamado começou um pouco antes, e vale a pena contar parte desta história, que é a história da demanda do capital às ciências sociais, e como a resposta dessas últimas foi importante fator de subjetivação. É interessante destacar como trabalharam os primeiros teóricos das relações humanas no trabalho. Aqueles a quem Loren Baritz (1965) chamou de “servos do poder”.

Conforme esse autor, a tarefa mais importante dos psicólogos, no final do século XIX, início do século XX, era descobrir as leis gerais do comportamento humano. A partir inicialmente do paradigma simbolizado por Descartes e do empiricismo inglês de Sir Francis Galton, e depois de Wilhelm Wundt e dos laboratórios, foi descoberto, ou inventado, o *indivíduo*. As diferenças individuais passaram, então, a ser testadas pelo método científico. Começava a construção do “homem psicológico”.

A herança cartesiana que colocava o cogito individual como medida de veracidade e racionalidade, passando o social a ser considerado campo de produção de irracionalidades e imoralidades, é carregada pela psicologia (hegemônica) como ciência até os dias de hoje. Essa tendência hegemônica se com a ascensão do capitalismo, da moral calvinista e do *ethos*, do *zeitgeist* que se produziu então — favorável ao individualismo, penitência pelo trabalho e legitimação religiosa do acúmulo de lucro.

A modernidade trouxe a alfabetização em massa — que propiciou o acesso individual aos textos como a Bíblia, por exemplo —, a criação de uma esfera pública burguesa, a soberania jurídico-legal do indivíduo, o protestantismo (só para citar algumas das vertentes da mudança então vivenciada). A religião protestante muda o conceito judaico-cristão que é um acesso comunitário, mediado, a Deus. Agora é o indivíduo que se relaciona diretamente com Deus. É nesse momento que o individualismo é associado ao conhecimento, à capacidade de pensar e julgar e, por isso, passa a ser a fonte da psicologia por excelência (Gellner, 1992).

Através da influência de Adam Smith propalava-se a idéia da racionalidade das motivações humanas e sociais; entretanto Marx, Freud e Darwin — que constituíram importantes antinomias ao paradigma cartesiano — levantaram sérias dúvidas sobre a veracidade de tal noção, tanto em relação ao indivíduo como à sociedade. Na psicologia surgiram então as abordagens voltadas para os instintos, tendo William James descrito 28 instintos básicos humanos, sendo refutado com números e tipologias diferentes por seus colegas da época.

Psicólogos como Cattell e Hugo Münsterberg, no início do século XX, testavam em laboratório o porquê de alguns indivíduos se adaptarem melhor do que outros aos ambientes que viviam ou trabalhavam. Curiosamente, o uso inicial da psicologia no mundo dos negócios foi pela via da propaganda, do marketing. Se o instinto certo fosse excitado, vender-se-ia melhor de sabonetes ou roupas a alimentos e especiarias. Em 1908, “The psychology of advertising” é publicado por Walter Dill Scott. Wundt e Titchener criticaram essa forma “impura”

de psicologia, embora, anos mais tarde, este último tenha trabalhado com psicologia aplicada a administração de negócios. Mais ou menos nesta época entra em cena, na administração da produção, o legendário Frederick Winslow Taylor que, timidamente a princípio (em duas companhias da Filadélfia, Tabor e Link-Belt), realizava seus estudos e implantava seus métodos “científicos” de gestão da produção. Após a publicação dos primeiros trabalhos, em pouco tempo contava com mais de uma dúzia de grandes empresas entre seus clientes, incluindo fábricas de aço, caminhos de ferro, impressoras, etc. Lentamente os princípios tayloristas foram se disseminando. Separação rígida entre concepção e execução das tarefas, controle obsessivo dos tempos e movimentos do empregado visando a rapidez da produção faziam parte da estratégia “científica” para elevar a lucratividade da empresa, naquele momento essencialmente fabril. Ele próprio dizia que o homem produz mais na medida que se liga seu pagamento a seus resultados, e que a única motivação seria o pagamento, sendo o trabalhador preguiçoso e ladino por natureza, além de incapaz de decidir, planejar e responsabilizar-se, precisando ser controlado. Nesse aspecto, o comportamento humano era fator de destaque, e aí está a aurora da demanda do *bussiness world* à psicologia. A ética da psicologia industrial nascedoura pode ser entendida a partir das idéias tayloristas e de filósofos liberais como Adam Smith e Jeremy Bentham: controlando o comportamento humano, a indústria ganha, o trabalhador ganha, o bem-comum ganha. É esclarecedor o texto de Guareschi:

O filósofo inglês Jeremy Bentham, um dos principais filósofos liberais, acreditava que o ser humano é profundamente egoísta e procura sempre maximizar suas vantagens e minimizar as perdas. A vida consiste numa luta para garantir seus interesses. E na economia, esses interesses se traduziam em garantir o maior lucro possível. Todo o resto é poesia. Buscar o maior lucro, a qualquer preço, estava de acordo com a busca do bem comum, pois o Bem Comum nada mais era do que a soma dos bens particulares. Quanto mais alguém aumentasse seu patrimônio, mais estaria contribuindo para o Bem Comum: (2002a: 73)

Portanto, incrementar e aumentar a produtividade e a eficiência humanas na indústria tornou-se um objetivo legítimo e concernente à fase da *psicologia industrial*. Dessa forma, a pesquisa nessa área voltou-se para esse objetivo. A princípio relutantemente, os “capitães da indústria” reconheceram que a psicologia, afinal, podia contribuir nos seus domínios.

Ainda na primeira metade do século, Max Weber, no campo da sociologia, publica o livro intitulado *Metodologia da Análise Psicossociológica*, enfocando o tema da seleção na indústria. Hugo Münsterberg, no campo da psicologia (foi estudante de Wundt, em Leipzig), publica o famoso manual *Psychology and Industrial Efficiency* (Jovchelovitch, 1990).

Já na época da Primeira Grande Guerra, a psicologia industrial havia desenvolvido técnicas de seleção e treino nas inúmeras fábricas que trabalharam febrilmente na construção de tanques, aviões e armas, aproximando-se bastante do exército. Finda a guerra, os psicólogos investiram recursos e intenções para adquirir visibilidade junto à indústria, provando que poderiam ser úteis e rentáveis — mais ou menos como alguns de nós fazem hoje, “vendendo seu peixe” junto aos administradores de empresas, preocupando-se com a fatia de mercado abocanhada pelos pedagogos empresariais e pelos assistentes sociais nas empresas.

Não poderia deixar de fora dessa história, avançando um pouco cronologicamente, aquele que foi o mais famoso (e talvez bem mais financiado) estudo em ciências sociais aplicadas ao trabalho: o de Hawthorne. Essa corporação — Hawthorne Works, da Western Electric Company — investiu um milhão de dólares no projeto. A planta da fábrica ficava localizada na parte oeste de Chicago, num distrito fabril, com uma população em grande parte imigrante, base dos operários lá empregados. Possuía, somente nessa planta, 25.000 trabalhadores em atividade e cerca de 40.000 na corporação inteira. A empresa teve um importante papel no desenvolvimento da telefonia e outros aparatos mais modernos de comunicação nos Estados Unidos. A hipótese inicial dessa pesquisa era de que as condições físicas de trabalho estavam diretamente relacionadas com a produtividade e satisfação do empregado. A luminosidade adequada, por exemplo, poderia fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso produtivo. O professor Jackson, catedrático do Departamento de Engenharia Elétrica do MIT, tomou a frente da investigação sobre os efeitos da iluminação na produtividade industrial. Como esses estudos iniciais não foram conclusivos, a pesquisa tomou um novo rumo: procurou isolar e controlar as variáveis que poderiam explicar o aumento da produtividade observado no grupo, já que a luz parecia não ter grande peso explicativo. A administração queria saber como a produtividade e a motivação para produzir poderiam ser estimuladas para melhorar o *output* das equipes e dos indivíduos. Pausas para descanso e bônus salariais foram testados em grupos controle. Mas parecia, afinal, que o grande fator motivacional era mesmo poder ser ouvido e fazer parte de um grupo onde se dessem relações emocionais satisfatórias. Estavam “descobertas” as necessidades psicossociais dos empregados.

Nesta fase do experimento, Elton Mayo já fazia parte da equipe, junto com outros psicólogos, sociólogos e antropólogos. O professor da Harvard Business School projetou-se, então, como o mais respeitável cientista social no mundo industrial, tendo trabalhado para aproximar administradores de acadêmicos, com sucesso. As conclusões de que padrões grupais

influenciam a produtividade individual pavimentaram o caminho para estudos subsequentes, modificando os conceitos de seleção, treino e avaliação de desempenho nas organizações (Baritz, 1965).

O movimento que se desencadeou, a Escola das Relações Humanas, teve por si um viés semelhante. As tendências de gestão do trabalho que se sucederam, então, apresentam o trabalhador cooperativo, integrado ao grupo e ele próprio responsável pela segurança patrimonial, internalizando os interesses do capital juntamente com as suas recém-descobertas necessidades psicossociais. Os psicólogos aderiram à Escola, avançando para a segunda face/fase da *psicologia organizacional*. O tom de crítica à fase anterior, psicologia industrial, estava presente, e a concepção humanista e anti-conflito passou a ser valorizada.

Foi postulado, na época do surgimento das políticas corporativas que acompanharam as novas tendências administrativas de então, que o conflito entre capital e trabalho era inevitável, mas que se bem administrado, através da abertura à participação dos trabalhadores no processo, poderia significar o desenvolvimento da organização da produção (Cohn e Marsiglia, 1993).

Teóricos das ciências sociais — como Abraham Maslow, Frederick Herzberg, Douglas McGregor e outros estudiosos da motivação humana — influenciaram o desenvolvimento de teorias e tendências em gestão do trabalho, especialmente no que se refere à motivação e produtividade. Não por acaso, o crescimento desses modelos de administração estão associados ao pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), momento em que as empresas precisavam aumentar sua produtividade para levantar as economias devastadas. Aqui cabe, então, sem muito rigor cronológico, uma referência ao fordismo, que foi não somente um modo de gestão da produção, mas também um processo de subjetivação social, um modo de vida. Fordismo é um termo que foi generalizado a partir da concepção de Gramsci sobre a forma de administração de Henry Ford em sua fábrica automotora (Gadotti, 1984). A racionalização “científica” de Taylor não contém as especificidades encontradas no fordismo, tal como ciclos de operação reduzidos (demandando pouco tempo de treino e de aprendizagem e a conseqüente economia de recursos financeiros) e outras estratégias de mecanização que viriam a otimizar os ciclos e tempos de produção. O tempo para produzir um carro passa de 14 para 1,5 horas. O impacto desses fenômenos, que envolvem o tempo e sua experimentação pelos sujeitos, têm sido problematizados por vários autores — tendo sido analisado por Grisci (2000) em sua tese de doutorado — traçando relações importantes com a questão da subjetividade e do trabalho.

David Harvey (1989), ao analisar a condição “pós-moderna”, dedica ao fordismo enquanto estratégia social típica da modernidade especial atenção. Ele lembra que, de cada minuto trabalhado, 57 segundos eram aproveitados através da realização de uma única tarefa, da organização do trabalho altamente verticalizada, da rigidez, da regulamentação e da falta de contato entre os operários, que nem sequer deviam conversar durante o trabalho. O baixo aprendizado que tal forma de organização da produção demandava era fator de economia para a empresa, mas intensificou o potencial adoecimento físico e psíquico que fez do trabalho fonte de sofrimento inimaginável. Entretanto, o período em geral foi positivo no sentido das negociações coletivas, da construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores e de uma situação sócio-econômica razoavelmente estável: os chamados “anos 30 gloriosos” das políticas de bem-estar social, que se desgasta e colapsa nos inícios da década de 70.

Quando Henry Ford surpreendeu o mundo da indústria automobilística com o impensável “five dollars day” — que fazia parte, segundo ele próprio, de um programa de partilha de lucros e engenharia de produção eficiente a partir de criação de lealdade à fábrica — instituiu também um serviço de “aconselhamento social”. O principal papel desse “serviço”, provavelmente apresentado como um benefício da fábrica ao empregado, era aconselhar e advertir sobre a necessidade de levar uma vida “apropriada”, correta, familiar, evitando os “perigos” potenciais do aumento de ganhos súbito. Novamente as ciências sociais, entre elas a psicologia, apressaram-se a dar a sua contribuição. Assim surgia uma psicologia do homem (assim mesmo, no masculino) moderno ocidental. Com o fordismo, a prescrição é de que ele deve consumir (embora deva ser comedido na vida social/amorosa), deve produzir (sendo, para isso, melhor remunerado), deve ser anticomunista (desistir de idéias revolucionárias) e deve ter um bom nível de vida como contrapartida (acordo social-democrata tripartite). Curioso, se pensarmos que hoje se prescreve que ele deve ainda consumir (mais voraz e pulverizadamente), deve produzir sem custar quase nada ao capital, deve ser razoavelmente ecologista (desde que não questione muito as indústrias transnacionais incumpridoras de legislação ambiental), deve respeitar as diferenças raciais, étnicas e sexuais, deve considerar risível qualquer projeto coletivo de realização, deve considerar a pobreza como inevitável e parte natural dessas louvadas e naturalizadas diferenças, que sempre existiram e sempre existirão. Subjetividade modelada — antes *soldada* ou *forjada*, hoje *pulverizada* e *transmitida* — via registro social, midiático-cultural.

Mas as metamorfoses do trabalho continuaram ao longo do século XX. E a psicologia, consensualmente ou não, tentava acompanhá-las, nem sempre obtendo sucesso. A partir do esgotamento do fordismo enquanto estratégia social, no início dos anos 70, os modos de produzir e trabalhar vão novamente sofrer impactos tremendos. A reestruturação produtiva do capital pode ser caracterizada, em termos dos modos de gestão que lhe são próprios, pela substituição do modo taylorista-fordista pelo modo toyotista. O chamado *Milagre Japonês* influencia fortemente o mundo do trabalho, em contraponto aos modos anteriores de administração, obtendo grande expansão nos mercados internacionais. Tal modelo apresenta-nos um trabalhador subjetivamente ligado à empresa, parte de uma equipa que compete comprometida com a organização (embora deva pensar na sua carreira como algo absolutamente individual), qualificação constante do operariado, organização que aprende (*learning organization*), produção *just-in-time*, terceirização de serviços, foco no produto e no cliente, abordagens culturalistas (formação de uma “cultura empresarial” gerível), filosofia da Qualidade Total, além da automatização e informatização avançadas (Cattani, 2002). Um trabalhador, capaz de lidar com os processos flexibilizados da nova forma de acumulação do capital, é aquele que possui elevado grau de qualificação, lida com tecnologias variadas, é polivalente e admite reestruturar-se continuamente.

A psicologia, então, é chamada a selecionar, educar e desenvolver os *talentos necessários* ao projeto. Prima pelas abordagens voltadas para o atingir de metas organizacionais de produção e, portanto, para o desenvolvimento de estratégias de endomarketing (propaganda interna da organização), visando “captar e manter talentos humanos na organização” (Mância, 2002); exalta e persegue a seleção e desenvolvimento do novo trabalhador exigido pela organização “modernizada” e “voltada para o futuro”, do qual ainda se deve exigir: conhecimentos renovados *ad infinitum* e habilidades de aprendizagem intermináveis; dedicação incansável e quase exclusiva; criatividade; destreza relacional; saber trabalhar em grupos e cooperar. Essa forma de psicologia está associada à segunda face/fase, psicologia organizacional, que se caracteriza também pela abordagem antropomórfica da organização, que é o seu “cliente” principal. Os “clientes internos” — como os funcionários são chamados no novo jargão — devem ser atendidos com vistas ao atingimento das metas do cliente principal, a organização. Mas para essa organização produzir e expandir-se, o trabalhador precisa ser um “sábio”: precisa ser construtor do seu futuro individual, embora deva trabalhar cooperativamente em equipes; deve responsabilizar-se por sua *empregabilidade*, ou capacidade de empregar competências no mercado; sem esquecer que deve saber confiar, de preferência

cegamente. Os profissionais da psicologia engajados em tais projetos gostam muito de utilizar uma técnica de dinâmica de grupo onde os participantes devem jogar-se às cegas nos braços uns dos outros (se não me falha a memória, o nome atribuído a ela é *De João bobo à João confiança*); quem não consegue, é porque deve haver *algo errado* com ele ou ela, precisando ser tal ponto bem trabalhado pelo profissional da psicologia, ao que este sem dúvida dedicará esforços e aplicará outras técnicas grupais. Afinal, uma vez que a lógica produtivista é inquestionável (Santos, 2002), por que a psicologia iria questioná-la? Contribuir para a maximização da produtividade é atitude eticamente justificável.

Mas não sejamos injustos com a psicologia. Ela foi capaz de produzir, no seu bojo, alternativas a um tempo críticas e libertárias, quando parte de seus agentes se negaram a assumir os pressupostos até aqui descritos. Na terceira face/fase, ela hibridiza-se com elementos de outras áreas de conhecimento — como a sociologia crítica, a antropologia, a filosofia, a ergonomia, a saúde do trabalhador, a psicanálise — e inaugura então, como parte do legado da psicologia social crítica, uma nova maneira de intervir nos processos laborais. Neste próximo bloco comento essas possibilidades um pouco mais detidamente mas, antes, tento analisar essas questões sob um enfoque macro-social.

3. Comentando as práticas *psi* no trabalho

Acredito que tais práticas não dispensam comentários. Em que visão de sociedade, em que projeto de sociedade ancoram tais métodos? O que se encontra na sua raiz epistemológica? Reafirmando a precariedade (até mesmo o perigo de simplificação) das formas classificatórias, arrisco utilizar o quadro descritivo de Guareschi (2002a: 65) para situar as práticas desenvolvidas pelas ciências sociais — especialmente pela psicologia — descritas até aqui. A análise da filiação ideológica, filosófica, de tais práticas, em termos paradigmáticos, pode ajudar a explicar o fenômeno do isolamento político do trabalho enquanto caminho de luta para a transformação social. Neste quadro, o autor apresenta diferentes cosmovisões em três principais tipos de sociedade: as duas que representaram o grande embate do século XX, do qual o liberalismo aparentemente saiu vitorioso; e um terceiro tipo que seria mais condizente com um novo paradigma sócio-político e, portanto, com uma nova ciência:

AS COSMOVISÕES

Concepção de Ser Humano	Indivíduo	“Peça da Máquina”	Pessoa = Relação
Valores/filosofia	Liberalismo Psicologismo	Coletivismo Totalitarismo Sociologismo	Solidarismo Comunitarismo
Tipo de Sociedade	Capitalismo liberal	Fascismos de esquerda e direita, Nazismo, Segurança Nacional, Integralismo	Comunidade
Condutas Relações	Individualismo Competição Egocentrismo	Massificação Anonimato Burocracia	Solidariedade Cooperação Singularidade

Situando as práticas *psi* no campo laboral na primeira coluna do quadro, encontra-se um ética coerente com os princípios neoliberais, na contemporaneidade. As ações empreendidas em determinado modo de produção revelam sempre uma visão de ser humano e do que seria melhor em sociedade. É claro que o discurso hegemônico coloca que o melhor é a competitividade, a competição, a busca por *status*. Tem sido comum a psicologia ainda hegemônica reproduzir esses valores, intervindo de forma adaptacionista no conflito capital x trabalho. Antunes (1999) pergunta, assumindo o pressuposto do capital: afinal, explorar somente os músculos por quê? Se as pessoas têm cérebros inteligentes, personalidades ricas e potencial cooperativo?

Importante dizer que a essa forma de psicologia se credita um cunho humanizador, ao intervir no conflito organizacional e suas conseqüências. Mas o psicólogo nas organizações, sob este enfoque, tem mais uma função. Afinal, ele ou ela também precisa agregar mais valor ao capital. Tem de ser um educador, um líder de mudanças (liderar as mudanças exigidas). Se ele/ela não conseguir — e ainda assim as pessoas adoecerem, ou se recusarem a cooperar — é porque deve existir *algo de errado* com ele ou ela. Na minha experiência como psicóloga organizacional, vivenciei situações desse tipo. Se fazemos uma seleção e o funcionário, ainda assim, se recusa a participar ativamente do projeto para o qual foi designado, algo saiu errado na seleção, cabendo a culpa à psicóloga que realizou a entrevista.

Mas é importante ressaltar que essa corrente não é, de forma alguma, única no campo da psicologia do trabalho. Muitos profissionais, abandonando noções de saúde mental exclusivamente ligadas à nosologia psíquica, criam espaço para o lugar do trabalhador na sociedade como um elemento importante no debate da saúde mental (Tittoni, Nardi &

Bernardes, 2002). Aqui a psicologia aplicada ao trabalho adquire novo vigor, engendrando a terceira face/fase que Jader Sampaio chamou de *psicologia do trabalho*. Ganhando contornos mais questionadores e redescobrimdo a figura do trabalhador como sujeito dos processos, concebe-o como objeto central de seus esforços. Algumas referências clássicas dessa fase são autores como Cristophe Dejours (1992; 1999), Jean François Chanlat (1993), Wanderley Codo (1997; 2000) e Dejour, Abdouchele & Jayet (1994). Toda a produção posterior em torno dos temas da identidade e trabalho, subjetividade e trabalho, gênero e trabalho — todos articulados com uma perspectiva crítica de saúde mental (Silva, 1994; Lazarotto, 1992; Tittoni, 1994; Nardi, 1999; Fonseca, 2000; Grisci, 2000) — passam a contribuir para redefinir o campo.

A contribuição de Cristophe Dejours no campo da psicologia do trabalho foi significativa, cabendo aqui uma referência mais cuidadosa. O psiquiatra e psicanalista francês, que inaugurou a disciplina da psicodinâmica do trabalho, afirma que em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual (portadora de projetos, de esperanças e de desejos) e uma organização do trabalho que os ignora (Dejours, Abdouchele e Jayet, 1994).

A análise do conceito de *organização do trabalho* como a divisão efetiva do trabalho, o sistema hierárquico, o conteúdo da tarefa, as relações de poder, a distribuição das responsabilidades, o lugar onde cada trabalhador é alocado foi importante para mostrar o impacto sobre a dinâmica psíquica dos trabalhadores, que podem utilizar-se de mecanismos defensivos para lidar com sua realidade. Tais mecanismos, embora inconscientes, favorecem comportamentos singulares. Por exemplo, a negação do risco a que se submete, bem como a repressão do medo e da raiva — pois só assim consegue ir trabalhar e continuar a submeter-se ao risco e à relações opressoras — pode aproximar o trabalhador do acidente de trabalho, pelo qual ainda será depois culpabilizado. Ainda segundo a teoria dejouriana, no trabalho encontramos um espaço subjetivo de elaboração de nossas angústias, as quais se originaram no curso de nosso desenvolvimento psico-cognitivo. É na atividade laboral que, ao buscarem-se estratégias para lidar com o sofrimento, se revive a esperança de encontrar um caminho criativo e com um sentido social útil e adequado. O “teatro” do trabalho cumpre uma função similar ao jogo infantil. Ali investem-se afetos e capacidades de aprendizagem. O estudo da psicodinâmica do trabalho direciona-se à compreensão do sofrimento gerado pelo trabalho, sofrimento este que é um *estado de luta* do sujeito contra forças que o direcionam rumo à doença mental.

Nesta luta, o trabalhador elabora soluções originais que favorecem tanto a própria produção como também a sua saúde, caracterizando-o como *sofrimento criativo*. Em contrapartida, esse combate pode chegar a soluções diversas, podendo levar ao adoecimento físico e/ou mental, qualificando-se como *sofrimento patogênico*. Quando há uma possibilidade de consonância, entre as representações simbólicas do sujeito e a realidade do trabalho, estaria caracterizada a *ressonância simbólica*, processo que torna o trabalho fonte de sublimação, prazer e saúde mental. Para isso, seria necessário um *espaço público*, construído pelos próprios trabalhadores, no qual são partilhadas satisfatoriamente a cooperação, a confiança e as regras comuns a todos (e democraticamente constituídas). Representa o espaço da fala, da expressão coletiva e da busca de mecanismos de transformação. Se a organização do trabalho formal permitisse tais processos, poderia haver criatividade e prazer no trabalho.

Tanto Dejours, quanto Chanlat e outros inovam por trazer o sujeito complexificado (linguagem, simbologias, inconsciente) para os processos de trabalho. O novo paradigma em psicologia trabalharia no sentido de desenvolver um senso de comunidade no espaço laboral, ao colocar nos laços de solidariedade e cooperação a base das relações interpessoais.

Na prática e no ensino da psicologia do trabalho, muito lentamente, parece haver uma possibilidade de abertura para o campo. Entretanto, o ensino, a formação e a prática ainda guardam dicotomias importantes com a realidade social vivida pelas massas trabalhadoras. Na época que realizei os estudos de graduação, na faculdade de psicologia da PUCRS, no final dos anos 80, podíamos ter acesso a referências bibliográficas que se filiavam à terceira face/fase, no ensino da psicologia do trabalho. Textos que questionassem as inadequações da teoria do *stress*, e as poderosas forças que mantiveram distorcidas as abordagens em saúde e trabalho até aquela data; textos de Hélio Pellegrino (1988) e Jurandir Freire Costa (1989), problematizando as relações de trabalho e o sofrimento psíquico, analisando-as sob a ótica da psicanálise. Mas tal só sucederia, se o titular da disciplina fosse aderente a tais referências. Caso contrário, o aluno ou aluna apenas teria contato com bibliografia cuja intencionalidade, sempre, era a contribuição aos interesses do capital, buscando a intervenção adaptacionista (como exemplo, veja-se Chiavenatto, 1981).

4. Examinando mais detidamente a psicologia social: suas raízes e seus desdobramentos

A trajetória da psicologia em seus conceitos e práticas é, então, de muito interesse para que se avalie seus rumos e possibilidades. Em relação à psicologia social especificamente, uma obra é de fundamental importância. Trata-se do livro de Robert Farr (1998), *As raízes da psicologia social moderna*, onde ele analisa como a psicologia social, que teve seu berço na Europa — Wundt escreveu 10 volumes da *Volkerpsychologie*, entre 1900 e 1920 — migra para os Estados Unidos e lá toma a forma de uma ciência do indivíduo, seu comportamento e cognição.

O autor distingue entre a forma sociológica e a forma psicológica de psicologia social. No primeiro caso, o objeto de estudo emerge a partir do social, das relações sociais enquanto constitutivas do humano — como na teoria das representações sociais. No segundo, as análises conceberão o indivíduo como o mote das interações sociais, como na psicologia social cognitiva, cujo modelo de trabalho inicialmente foi um sistema artificial de informação. A orientação de cunho positivista é fruto dos psicólogos da *gestalt* que emigraram para a América nos anos do pré-guerra, do behaviorismo, e do *zeitgeist* norte-americano em geral.

A psicologia social de Wundt foi abandonada, sendo ensinado nas universidades somente seu trabalho experimental. Desta forma, a psicologia passa a ser considerada parte das *Naturwissenschaften*, e não das *Geisteswissenschaften*. Farr ressalta que, no caso da psicanálise surgida a partir da análise de casos clínicos individuais, Freud passa para a crítica da cultura, fazendo uma síntese que o autor coloca como parte das *Geisteswissenschaften*. A partir do pós-guerra, Freud reformula sua teoria do aparelho psíquico, acrescentando as noções de *id*, *ego* e *super-ego* onde antes só havia *consciente*, *pré-consciente* e *inconsciente*. As instâncias que ele elabora são de origem relacional, sócio-cultural, de forma que Farr defende que o pai da psicanálise produziu sua própria síntese entre a psiquê individual e a crítica da cultura. Tanto que nas versões mais progressistas de psicologia social, a psicanálise é referência importante, embora se deva dizer que o primado da psicanálise ainda é na clínica individual, e nos Estados Unidos assume a forma de psicologia do ego, a qual apresenta concepções mais fixistas de sujeito. Entretanto, abordagens culturalistas e críticas na própria clínica são destaque no Brasil, exemplo tido nos trabalhos de Jurandir Freire Costa (1989, 2001) e da também psicanalista Maria Rita Khel (2000).

Wundt havia separado completamente sua psicologia social da experimental, pois diferentemente de Freud, não conseguiu articular a psique individual e a cultura. George

Herbert Mead então introduz a noção de *self* para opor essa síntese à antítese de Wundt (Farr, 1998: 74). Entram no debate então outras teorizações, especialmente da linguística (Farr, 1998: 76), que contribuem para demonstrar a natureza dialética da relação entre indivíduo e sociedade. Mas, em solo estadunidense, a versão hegemônica é a de individualização do social (não é a nação que decide, mas o indivíduo que vota; não é o grupo que age, mas o indivíduo que pensa e age), a princípio de cunho behaviorista e, na sequência, cognitivista. Pesquisas em mensuração de atitudes, em processos cognitivos, utilização de testes psicométricos são exemplos de formas psicológicas de psicologia social. Como diz jocosamente Michel Bruschi (1999), “tudo acaba na curva de Gauss”.

No Brasil, o reconhecimento da psicologia como profissão data apenas de 1962. Nas décadas de 60 e 70, predominavam formas psicológicas de psicologia social de inspiração estadunidense, sob a liderança de Aroldo Rodrigues (1972, 1976), autor dos principais livros-textos utilizados no ensino da disciplina. Como traz Sandoval: “(...) os moldes da ciência eram aqueles tal como definidos pelo norte e os critérios temáticos de relevância eram aqueles definidos pelas revistas acadêmicas metropolitanas” (2000: 102).

Tal importação passou a ser considerada colonialista e reacionária por alguns psicólogos e psicólogas mais progressistas e preocupados com o rumo político da América Latina nas referidas décadas. A palavra de ordem passou a ser “transformação social”. A crítica centrava-se na individualização das abordagens, sua apolitização, descontextualização e não atendimento da demanda local. Aroldo Rodrigues e outros psicólogos sociais experimentais haviam criado a ALAPSO (Associação Latino-Americana de Psicologia Social), levando ao extremo as abordagens consideradas coloniais. Como repúdio, surge, em 1980, a ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) e a AVEPSO, na versão venezuelana. É publicado, em 1984, a obra-marco de ruptura da psicologia social brasileira: *Psicologia Social: o homem em movimento* (Lane e Codo, 1984). O materialismo-histórico/dialético era a inspiração teórica a invadir a psicologia e, a partir de conceitos marxistas, althusserianos e gramscianos, os psicólogos inauguravam a psicologia social crítica latino-americana.

A primeira fase de “rebeldia” — onde o legado teórico de Paulo Freire, Eduardo Galeano, Enrique Dussel e Ignacio Martin-Baró passam a influenciar os psicólogos — é seguida pela necessidade de criar teorias e instrumental de pesquisa e intervenção coerentes com as necessidades do sul e sua realidade de excluídos, que até então a psicologia formal ignorara completamente. O empoderamento social das comunidades é o mote principal da psicologia comunitária que se engendra nesse contexto. Tal perspectiva enfatiza: o

conhecimento que se produz na interação do profissional com os sujeitos da investigação ou intervenção, visando a transformação do instituído; o trabalho em grupos, seja na clínica, como em outras áreas; a pesquisa ação-participante, na qual pesquisador atua junto com sujeitos da pesquisa na busca de compreensão para os problemas enfrentados; a ética da solidariedade, respeito e inclusão das diferenças, exercício pleno da cidadania e qualidade de vida entendida criticamente (Campos, 2002).

As categorias consciência e atividade emergem como focos privilegiados de análise. As noções de identidade (construída, multifacetada) e subjetividade (produzida) aparecem com mais frequência no campo que antes priorizava a personalidade como entidade mais ou menos estável. Na escola, o enfoque da psicopedagogia crítica substitui os testes psicométricos e, no trabalho, a perspectiva da saúde do trabalhador é agora mais central do que sua adaptação funcional visando a produção. É claro que tais mudanças são realizadas e assumidas por algumas correntes na psicologia, por profissionais que com elas se identificam.

Aqueles que achavam que lugar de psicólogo é na clínica privada, na escola ou na empresa (sempre adaptando e ajustando), certamente têm reservas aos novos espaços que se abrem para a prática da psicologia, como sejam os centros comunitários, sindicatos, lugares de periferia, zonas rurais. É por esta razão que, como falo mais adiante nesse texto, não há uma unidade possível para a psicologia contemporânea, quer em termos de pesquisa, teoria ou prática/intervenção. E é também por esta razão que acredito que a psicologia deve inserir-se no debate da economia solidária, pois poderá contribuir com o campo se souber perceber as reais necessidades de seus atores.

A construção de modelos de prática profissional construídos através de um referencial da psicologia social crítica latino-americana integram as perspectivas micro e macro estruturais, segundo Freitas (2002: 75): “(...) através da análise de relações travadas no cotidiano, junto aos problemas concretos das pessoas de seu país, estado ou cidade, que têm uma incidência única e particular para a vida das pessoas.”

Na medida em que avançam as pesquisas, congressos, encontros e literatura produzida, outros matizes teóricos vão-se agregando à psicologia social: campo que se hibridiza em interfaces com outras áreas (antropologia, psicanálise, esquizoanálise, linguística, estudos culturais, de entre muitas outras) e vai tecendo articulações teóricas com a teoria crítica (nas versões frankfurtianas em suas diversas expressões), preocupando-se com ideologia, cultura e comunicação de massa; com a teoria das representações sociais, que hoje ocupa posição de destaque na produção de psicologia social em língua francesa, inglesa, portuguesa e espanhola;

com a perspectiva foucaultiana, analisando instituições e relações de poder-saber que normatizam subjetividades, interpelando sujeitos através do discurso; com o construcionismo social. O debate sobre modernidade, modernidade tardia ou reflexiva, e pós-modernidade ocupa seus agentes que, mais uma vez, se inscrevem em posições diversas, acabando com um eventual desejo de unidade disciplinar.

Na versão de Mary Jane Spink (2003):

É no contexto de reflexividade que penso ter de situar as rupturas necessárias para pensar numa outra psicologia, mais compatível com a visão pós-moderna de mundo.

Para isso, fazem-se necessárias pelo menos três desconstruções, ou melhor, três rupturas com as formas de pensamento prototípicas da modernidade clássica. Primeiramente, precisamos romper com a visão representacionista que sustenta um tipo de conhecimento baseado na retórica da verdade, adotando uma teoria do conhecimento que assume radicalmente propostas construcionistas. Em segundo lugar, e de certo modo consequência da primeira ruptura, precisamos considerar mais radicalmente o papel da linguagem na constituição das subjetividades. Em terceiro lugar, precisamos nos desfazer dos conceitos clássicos de instituição e pensar nas formas organizativas contemporâneas como redes de materialidades que se constituem e funcionam para além dos muros de instituições. Só assim poderemos trabalhar com questões de poder que são intrínsecas à modernidade tardia. A abordagem construcionista é um convite a analisar esses procedimentos de essencialização dos fenômenos do mundo social e natural. É um convite a entender a historicidade de nossas teorias, situando-as justamente como produtos humanos histórica e socialmente localizados.

Podemos exemplificar essa diversidade com outros autores importantes no campo que esposam uma perspectiva teórica diferente. Para tanto, cito Serge Moscovici (2002/1994) Pedrinho Guareschi (2002c) e Sandra Jovchelovitch (2000), sendo que esta última publica tanto em língua portuguesa como inglesa, autora brasileira que hoje é professora do programa de pós-graduação em psicologia social da London School of Economics.

Moscovici traz que a teoria das representações sociais — de sua autoria, desenvolvida posteriormente por vários autores como Denise Jodelet (1989) — é o coração da psicologia social, por incorporar as perspectivas antropológicas e sociológicas nas análises da produção de saberes sociais feitas pela psicologia: religiões, mitos, ideologia, linguagem, discurso, poder. Elementos que os sujeitos elaboram, transformam, praticam, sobre os quais falamos, e que portanto produzem e são produzidos pelos saberes em que ancora a experiência humana no mundo.

Jodelet elabora a clássica definição, utilizada em muitos estudos posteriores: “RS são uma forma de conhecimento, socialmente elaboradas e partilhadas, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (1989: 36). Esses saberes buscam ancorar a realidade, tornando-a psicologicamente suportável para o

sujeito. As RS são uma realidade psicossocial. Dessa forma, pode-se dizer que o senso comum, permeado de RS, é também uma produção psicossocial. Por isso, uma nova subjetividade produzirá um novo senso comum.

Guareschi destaca que o caráter simbólico das RS é o que caracteriza as relações dos sujeitos sociais com o mundo, posto que simbolizamos ao nos relacionarmos e apreendermos o objeto mundo. Dessa forma, entende-se sujeito e objeto como implicados e co-relacionados, mas não como uma coisa só, a ser produzida pela linguagem, como na versão construcionista. O autor ainda demonstra interesse pela ideologia — outra diferença marcante nas duas abordagens — entendida em sentido crítico conforme Thompson (1998): “O uso das formas simbólicas para estabelecer relações de dominação”. Guereschi exemplifica com uma pesquisa entre os fiéis de igrejas neo-pentecostais, onde o bem é ancorado nas práticas de doação de dinheiro para alcançar graças. Em uma relação de exploração, são produzidas RS com eventual caráter ideológico. A maneira como o senso comum — e me parece potencialmente frutífera um eventual cruzamento com a maneira como Santos (1995) aborda a questão do senso comum — que pode ser tanto criativo e progressista como repetidor compulsivo e reacionário, vai acomodando e modificando saberes é ponto central na análise.

Já Jovchelovitch destaca os pontos de convergência entre a psicanálise winnicotiana e as RS, ao discutir sua relação com o espaço público. Coloca que o espaço público, enquanto lugar da alteridade por excelência, propicia a circulação de representações sociais. A alteridade é a condição da própria constituição do *eu* psíquico. Tanto Winnicott — que trabalhou com desenvolvimento emocional/afetivo — quanto Piaget no desenvolvimento cognitivo, colocam ênfase nas relações da criança com o seus outros significativos. O bebê, que depende do cuidado, em situação de dependência total, prematurado e vulnerável, já pode contudo muito cedo perceber como intervir no seu meio. O choro, o estender os bracinhos para ser pego, tudo expressa a sua relação negociada com a alteridade. O “espaço potencial” é onde ele elabora a realidade, que vai tornando-se mais apropriada na medida em que ele brinca, interage e se comunica. Esse autor considera a atividade lúdica como a base de toda a criatividade. Nesse espaço produzem-se símbolos, que representam entendimentos do mundo. Sem a alteridade que demarca a diferença, a atividade simbólica humana não se sustenta. Assim, as mediações sociais e a capacidade simbólica individual articuladas geram RS, ou saberes do senso comum. Na intersubjetividade, a esfera pública constitui-se. Desta forma, sujeitos políticos se encontram na ação e no discurso para engendrar a vida em comum, hoje ameaçada pela violência e pela desigualdade.

Ao abordar esses diferentes pontos de vista em psicologia social, parece-me ainda importante acrescentar uma produção recente, que marca uma intersecção desta última com os estudos culturais. Neuza Guareschi e colaboradores (2003) escrevem o livro que pleiteia a ruptura de fronteiras na construção do conhecimento, ao adotarem a *inter* — ou *trans*, os autores diferem quanto a isso — disciplinariedade e mesclarem métodos de investigação e teorias com os estudos culturais, este também um campo interdisciplinar. Segundo Neuza Guareschi:

Os estudos culturais são campos de diferentes saberes para se produzir conhecimento útil sobre a cultura humana. Desses campos, tem — se aproveitado desde o marxismo e o feminismo, passando pela psicanálise e o pós-estruturalismo e o pós-modernismo. (2003: 33)

O que definiria o campo, de entre outras coisas, é um projeto teórico-político (perspectiva dos movimentos sociais, da diferença), a metodologia da *bricolage* (várias técnicas utilizadas, sobrepostas) e a insatisfação com os limites das disciplinas — daí a radical interdisciplinariedade que alguns autores já consideram transdisciplinariedade. Edward Thompson e Raymond Williams são apontados como os fundadores do campo, no Reino Unido.

Baseados nos trabalhos de Stuart Hall, Michel Foucault (que teria importância vital na “virada cultural”), Homi Bhabha e outros autores considerados pós-modernos, os psicólogos sociais que desejam inserir-se nos estudos culturais adotam essa perspectiva relacional entre as disciplinas e acreditam transcender a psicologia social crítica latino-americana, partindo para outras preocupações em termos de pesquisa e produção do conhecimento. Em sua empreitada, não se buscam verdades mas sim se problematizam construtos, de entre eles a identidade — ou identidades — humanas, vistas como fluidas, descentradas, mutáveis; ou a subjetividade, entendida não como o ser, mas como os modos de ser, como uma produção tributária do social, da cultura ou de qualquer coisa que crie possibilidades de um “si”, ou “consciência de si”. É uma formação existencial, uma emergência constituída em um determinado espaço-tempo (Bernardes e Hoenisch, 2003). Que caminhos trilha a psicologia, desde os tempos onde a escolha de *uma* posição de identidade (como em Erik Erikson) era condição *sine qua non* para a constituição de uma personalidade “saudável”!

Não se trata de dizer quem está certo ou errado, mas sim de apresentar os debates hoje em curso na esfera pública da psicologia social. Me parece que tanto a perspectiva social-crítica como a construcionista concebem que a multiplicidade de interações, retroações e reorganizações que constituem o humano e sua subjetividade não podem ser analisadas dentro de uma perspectiva linear. Mas enquanto a primeira vê o sujeito como relação — expresso

claramente em Pedrinho Guareschi (2002b), quando o autor coloca que relação é o *ordo ad aliquid*, aquilo que não pode ser sem o outro, sendo o sujeito a articulação dos milhões de relações que estabelece — para o segundo, o sujeito é um esforço de proposição de sentido em fluxos descontínuos em permanente devir.

Muitos são os temas que merecem atenção da psicologia social hoje, cada orientação teórico-ideológica privilegiando aqueles que considera mais importantes, obviamente. Enquanto para a psicologia cognitiva os processos cognitivos, neurociências, memória e falsa memória serão temas centrais; para a psicologia social crítica, relações de gênero, raça, etnia, ética, comunicação, identidade e subjetividade serão mais importantes.

Em termos de profissão, abrem-se novos campos como psicologia jurídico-forense, trabalhando com laudos de avaliação, psicologia do esporte, com equipes de alto-rendimento, psicologia hospitalar, nascida da clássica psicologia institucional (a clínica da instituição) mas voltada para o hospital.

Nesse breve e precário (enquanto irremediavelmente incompleto) texto, apresento uma visão possível da psicologia e seus debates e vicissitudes, hoje, especialmente sob a visão da psicologia social. O questionamento sobre a psicologia, se ela configura hoje uma disciplina ou campos de saber diversos, não pode ser respondido levianamente, sem uma profunda reflexão e análise cuidadosa.

Segue o debate, seguem as discordâncias, seguem os programas de pesquisa tentando avançar na produção de saberes que sustentam as práticas que consideram mais adequadas.

5. Uma nova psicologia: ensinando e aprendendo

Para que se entendam práticas, nunca é demais repetir, precisa-se entender os saberes que as sustentam: a forma de abordar o objeto, o como conhecer e o como intervir. É sobre isto que se esteve falando até aqui: sempre foi e é uma questão epistemológica.

Como isso implica uma ruptura com os modos de fazer psicologia tradicionais — que contribuem para manter o sistema à custa das relações de trabalho e produção vigentes — são poucos os profissionais que buscam a ruptura. São encontrados na universidade talvez em maior número, nas empresas aparentemente em número bem reduzido. Entretanto, na falta de dados objetivos, não podemos arriscar uma afirmação definitiva nesta direção.

Pensando na tríade práticas-ensino-pesquisa, ainda temos lacunas importantes no ensino da psicologia do trabalho, como mostrou a pesquisa de Freitas (2002), realizada em

universidades públicas e privadas, com professores de psicologia organizacional e do trabalho, nos estados brasileiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Predominantemente, apareceram vertentes ligadas ao atendimento da demanda de mercado hegemônica, tanto nas universidades particulares quanto nas públicas. O estudo teve um cunho qualitativo, não possuindo construção de amostragem ou pretensões de generalização, e objetiva a reflexão sobre as práticas *psi* no campo acadêmico, especialmente ligadas à questão laboral.

Passadas duas décadas da incorporação dos conceitos histórico-críticos, psicanalíticos e epidemiológicos, de entre outras contribuições que redefiniram o campo como a terceira face/fase de Sampaio, a consciência do cunho político da atividade do psicólogo ou psicóloga do trabalho ainda não é predominante. Segundo a pesquisa já citada, realizada recentemente, percebe-se em muitos casos, na prática e na docência, um ideário humanista que leva o profissional a crer que ele ou ela pode, ou deve, através de suas atividades, regular as diferenças individuais e adaptar funcionalmente as relações grupais, visando a superação e amenização dos conflitos e a adaptação das relações funcionais.

Também aparece aquela concepção muito afinada com a suposta “demanda de mercado”, que normalmente considera o “mercado” unicamente composto por empresas capitalistas, de preferência de grande porte e cheias de recursos financeiros. “Vender o peixe”, impedir que os pedagogos ou assistentes sociais “abocanhem” nossa fatia de mercado também são preocupações comumente expressas em oficinas e congressos. Fica claro nesta corrente a maneira como o discurso de mudança — amplamente utilizado — se mescla com a cultura do modismo, ou com projeções de qualidade de vida entendida acriticamente. A “mudança de paradigma” tem sido abordada, nesta perspectiva, como uma luz para a ciência que não considera a mudança paradigmática inserida no contexto social de forma crítica.

O texto de Jaques (1999) sobre as contribuições diversas no campo da psicologia do trabalho coloca que a multiplicidade de tendências *psi* no campo laboral representam universos de tendências, e buscar uma unidade seria tão equivocado como crer que haveria um único objeto para a psicologia. Coloca também a necessidade de entender a multiplicidade de abordagens enquanto inscritas num contínuo vir-a-ser.

Entretanto, também acredito na importância de fazer escolhas, éticas, estéticas, epistemológicas, filosóficas. Estas escolhas, neste momento, me levam para a tentativa de contribuir *na direção de uma psicologia social crítica do trabalho*. Os principais desafios situam-se no campo da exclusão do trabalhador da sociedade civil central, na sua exploração,

nos tipos de relações de trabalho desumanizantes e injustas, na preocupação com a transformação da micro-política das relações no trabalho.

As situações, em cada *setting* laboral específico, apresentarão uma enorme gama de possibilidades de ação/intervenção. Ao testemunhar repetidamente, nas experiências como psicóloga do trabalho nas empresas, o uso predatório da força de trabalho (Leite, 1994), não poderia deixar de assumir o contributo na construção do novo paradigma. Este texto, para usar o dizer de Fonseca, inscreve-se “intencionalmente no campo da inconformidade” (2000: 195). A autora interroga como nos posicionaremos num quotidiano que produz, através da educação e da psicologia, estereótipos vários.

Mas tal inconformidade pode ser vivenciada prazerosamente, no desfrute de relações cooperativo-solidárias, na inserção em redes comunitárias de aprendizado, as quais propiciem formas de educação conjunta, problematizadora. A problematização enriquece, compromete, critica, complexifica a relação do sujeito com o mundo. Seria uma re-construção diária de práticas, paradigmaticamente orientadas para a mudança social. Nessa dialética entre teoria e prática inovadora residiria a proposta do direcionamento para a psicologia social crítica do trabalho. Impossível dissociar essa proposta de uma cosmovisão, neste caso aquela que vê a pessoa como relação. Em termos de sociedade, faz-se necessário uma nova pedagogia social, da igualdade. Igualdade, por exemplo, na distribuição das sobras de rendimentos.

Esse exemplo, por mim vivenciado enquanto psicóloga em uma empresa de grande porte, situada em Guaíba (pequena cidade industrial próxima a Porto Alegre), vale um comentário. O questionamento de situações-problema, como processos de participação dos funcionários em lucros empresariais, pode revelar-se como prática progressista. Nesse caso, a psicologia questionou os diretores. Por que a participação do operário nos lucros e resultados, ao final do ano, é de R\$200,00, e a dos diretores é de R\$12.000,00¹? Todos não produziram o lucro num esforço conjunto? “Deve ser igual a um salário recebido a participação nos lucros”, dizem os diretores, apoiados por profissionais da área de Recursos Humanos, cômicos de suas responsabilidades com os acionistas da empresa e com os próprios pares hierárquicos, mas pouco preocupados com suas responsabilidades para com os trabalhadores. Uma prática diferenciada, quem sabe de sugerir mais igualdade pelo menos na distribuição de lucros, se não nos salários, já estaria alinhada ao novo paradigma. Se naquele momento não obtivemos sucesso na empreitada, pelo menos lançamos a discussão na esfera pública da empresa,

¹ Sistema de participação nos lucros de uma indústria de grande porte situada em Guaíba, RS, no ano de 1996.

problematizando as práticas de participação em lucros e resultados. Práticas que são interessantes e positivas para todos, mas que guardam muitas distorções em sua operacionalização. Meu argumento foi que a diferenciação salarial já era feita treze vezes ao ano. Na distribuição de sobras, por que não considerar todo o conjunto de trabalhadores como iguais, uma vez que naquela empresa os diretores também eram funcionários contratados?

Em termos de sociedade, não se pode pensar na mudança paradigmática fora do marco da democracia e da cidadania, construindo uma nova sociedade civil com um espaço público mais criativo e inclusivo. Isso se construiria em esquemas distintos para cada *setting*, mas num marco comum. A busca constante de apreensão da alteridade, na qual podemos nos re-interpretar e re-construir, também se constitui como importante dimensão da transição paradigmática. No registro empírico se descobrem formas de conhecer, intervir e ensinar. O movimento da economia solidária, por exemplo, embora não amparado diretamente por profissionais da área *psi*, tenta revolucionar a organização do trabalho em seus empreendimentos, e isso pode — ou não — constituir-se como uma alternativa verdadeiramente transformadora das relações de poder. Ao lado de cada esperança, afinal, está um caixão (Santos, 2002). Isso me leva a investigar esse campo com especial atenção e curiosidade, coisa que estarei fazendo em outro trabalho já em andamento (Veronese, 2003).

Não há receita para transformar, talvez apenas a de criar comunidades de aprendizagem que possibilitem o livre pensar na esfera laboral, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências de tipo cultural, social e interacional. Uma atitude potente para resolver problemas conjuntamente poderia ser um desenrolar interessante para as comunidades de aprendizagem no trabalho.

O olhar reflexivo sobre o trabalho é um olhar sobre nós mesmos, como convivemos e como nos (re)produzimos de forma continuada. Na dialética de produzir a cultura, podemos construir alternativas solidárias de vida, sempre atravessadas pelas maneiras como trabalhamos e produzimos o que necessitamos para viver de forma plena. Esta é a proposição do direcionamento para a psicologia social crítica do trabalho — campo híbrido, fértil no espaço que engendra, espaço a ser preenchido pelas práticas *psi*. A busca de maior protagonismo para os trabalhadores e cidadãos no cotidiano poderá deslocar o objetivo da psicologia, do papel de ajudar o sujeito a *lidar* com seu contexto, para o papel de *questionar* e *transformar* o próprio contexto.

Bibliografia

Antunes, R. (1999), *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Arendt, H. (1983), *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Barbara, M. (1999), “Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador”, *Psicologia Ciência e Profissão*, 19 (1), 30-49.

Baritz, L. (1965), *The Servents of Power*. New York: Science Editions.

Bernardes, A.G.; Hoenisch, J.C.D. (2003), “Subjetividade e identidades: possibilidades de articulação da psicologia social com os estudos culturais”, in Guareschi, N. (org.) *Psicologia social nos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

Bruschi, M. E. (1999), *Seminário de metodologias qualitativas*. Mestrado em psicologia social e da personalidade, PUCRS. Porto Alegre, Brasil.

Campos, R.H.F. (2002), “Introdução: a psicologia social comunitária”, in Campos, R.H.F. (org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Cattani, A. D. (2000), *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Cattani, A .D. (2002), *Trabalho e tecnologia: Dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes
Porto Alegre: Ed. da Universidade.

Chanlat, J. F. (1993), *O indivíduo na organização; dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas.

Chiavenatto, I. (1981), *Recursos humanos*. São Paulo: Atlas.

Codo, W. (1997), “Um diagnóstico do trabalho”, in Tamayo, A. (org.) *Trabalho, organizações e cultura*, Coletâneas da ANPEPP. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.

Codo, W. (2000), *Educação, carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes.

Cohn, A., Marsiglia, R.G. (1993), “Processo e organização do trabalho”, in Buschinelli, J.T.P. *Isso é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Costa, J. F. (1989), *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Costa, J. F. (2001), *A questão do sentido em psicanálise*. Mimeo. Jornada CEAPIA, Porto Alegre.

Dejours, C. (1992), *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.

Dejours, C., Abdouchecheli, E. & Jayet, C. (1994), *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.

Dejours, C. (1999), *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Farr, R. (1998), *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes

Foucault, M. (1988), *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal.

Foucault, M. (1997), *Resumo dos cursos do College de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Fonseca, T. M. G. (2000), *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis: Vozes.

Freitas, M.F.Q. (2002), “Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia social comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90 no Brasil”, in Campos, R.H.F. (org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Freitas, S. M. P. (2002), *A psicologia no contexto do trabalho: uma análise dos saberes e dos fazeres*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Personalidade, PUCRS.

Freud, S. (1996), *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.

Gadotti, M. (1984), *Educação e controle social*. São Paulo: Paz e Terra.

Gellner, E. (1992), *Reason and Culture. New Perspectives on the Past*. Cambridge: Blackwell.

Grisci, C. (1998), *Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva*. Projeto de tese de doutorado em psicologia. Porto Alegre, PUCRS.

Grisci, C. (2000), *Trabalho, tempo e subjetividade: A reestruturação do trabalho bancário*. Tese de Doutorado em Psicologia. PUCRS. Porto Alegre, Brasil.

Guareschi, N.M.F. (2003), *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. (2002a), *Sociologia crítica*. Porto Alegre: Edipucrs.

Guareschi, P. (2002b), “Relações comunitárias — relações de dominação”, in Campos, R.H.F. (org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. (2002c), “Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neo-pentecostais”, in Guareschi, P. & Jovchelovitch, S., *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Hall, S. (2000), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Harvey, D. (1989), *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola.

Jacques, M.G. C. (1999), “Contribuições da psicologia social para o trabalho e as organizações”, in Silveira, A.; Gewer, C.; Bonin, L. F. R. & Bulgacov. (orgs.), *Cidadania e participação social*. Porto Alegre: Abrapsosul.

Jodelet, D. (1989), *Folies et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

Jovchelovitch, S. (1990), *Trabalho e sofrimento mental*. Dissertação de mestrado em psicologia social e da personalidade. PUCRS. Porto Alegre, Brasil.

Jovchelovitch, S. (2000), *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Kehl, M. R. (2000), *A função fraterna*. Rio de Janeiro: Imago.

Lane, S.; Codo, W. (1984), *Psicologia Social: o homem em movimento*. Petrópolis: Vozes.

Lazarotto, G. (1992), *A organização do trabalho e a construção do sujeito: o caso da digitação, numa apreciação crítica da psicologia*. Dissertação de mestrado em psicologia social e da personalidade, PUCRS. Porto Alegre, Brasil.

Leite, M. P. (1994), *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta.

Mância, L. (2002), *Processos colaborativos no trabalho*.
<http://www.racional.com.br/esarh/frame.htm>.

Moscovici, S. (2002), “Prefácio”, in Guareschi, & Jovcjelovitc, S., *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Nardi, H. C. (1999), *Saúde, trabalho e discurso médico. A relação médico-paciente e o conflito capital-trabalho*. São Leopoldo: Unisinos

Pellegrino, H. (1988), *A burrice do demônio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rodrigues, A (1972), *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Rodrigues, A (1976), *A pesquisa experimental em psicologia e educação*. Petrópolis: Vozes.

Sampaio, J. R. (1998), “As três faces da psicologia do trabalho”, in Sampaio, J. R. (org.) *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sandoval, S. (2000), “O que há de novo na psicologia social latino-americana?” in Campos, R.H.F & Guareschi, *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes.

Santos, B. S. (1995), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (1996), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez

Santos, B. S. (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Santos, B. S. (2003), “Poderá o direito ser emancipatório?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.

Spink, M. J. (2003), *Das rupturas necessárias para pensar a psicologia na modernidade tardia*. Aula Inaugural proferida para a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Silva, E. S. (1994), *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Tittoni, J. (1994), *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz.

Tittoni, J., Nardi, H. & Bernardes, J. (2002), “Subjetividade e trabalho”, in Cattani, A. D., *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*.

Tittoni, J. (1999), *Trabalho e sujeição: trajetórias e experiências de trabalhadores demitidos no setor petroquímico*. Tese de Doutorado em Sociologia — UFGRS. Porto Alegre, Brasil.

Thompson, J. B. (1998), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petropolis: Vozes.

Veronese, M. V. (2003), *Economia solidária e subjetividade do trabalhador*. Projeto de tese de doutorado em psicologia. Programa de pós-graduação em psicologia, PUCRS.